

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CNTV

DIÉESE

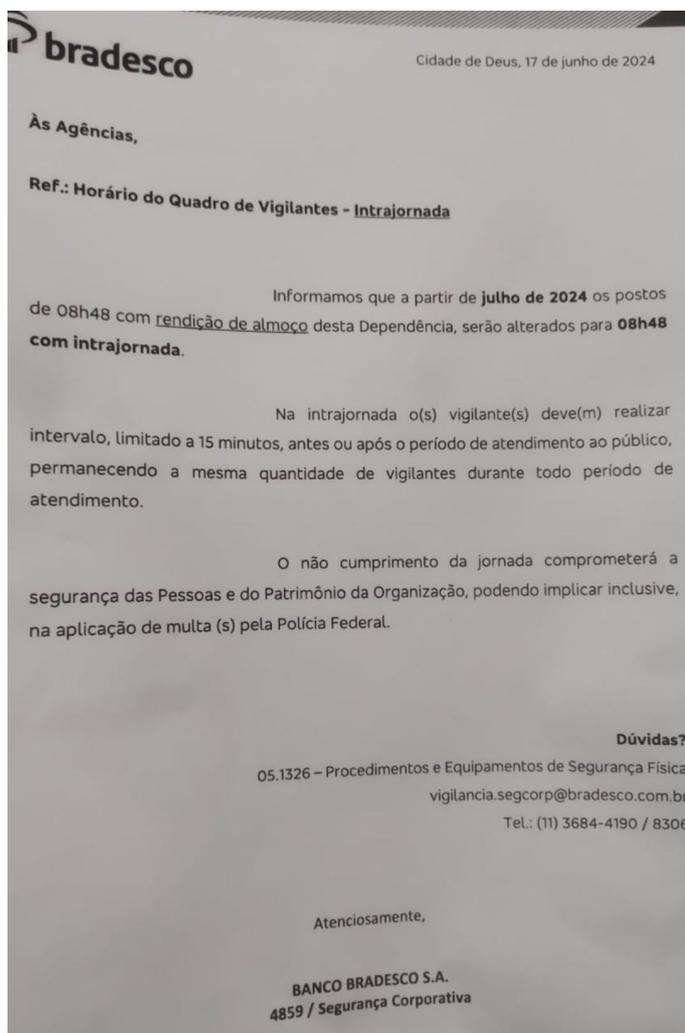
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 05/Jul

cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3226 - Ano 2024

UNI global union

BRADESCO DESUMANO

CNTV DENUNCIA EM COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA DA CÂMARA FEDERAL O TRTAMENTO DESUMANO QUE BRADESCO DÁ PARA OS VIGILANTES E EXIGE A VOLTA DA HORA DE ALMOÇO DOS VIGILANTES



circular do banco que acaba com o direito ao horário de almoço dos Vigilantes terceirizadas que prestam serviços nas agências. A medida que passa que passou valer a partir de 1º de julho, determina que gerentes só permitam que os Vigilantes parem para alguma refeição por 15 minutos, mesmo assim, antes da abertura da agência para o público (normalmente às 10 horas da manhã) ou após o fechamento da agência, normalmente às 16 horas. Assim, um Vigilante só pode almoçar, por 15 minutos às 9h30 da manhã ou às 4h40 da tarde.

A medida contraria até a famigerada reforma trabalhista que facultou às empresas a redução do horário de almoço para 30 minutos.

Também contraria boa parte das Convenções Coletivas de Trabalho - CCT que asseguram o intervalo de uma hora para os Vigilantes, sem contar que é desumana e agressiva à saúde e bem estar do trabalhador.

Isto é um bom exemplo que serve para aqueles recalcitrantes que ainda tem dúvidas quando afirmamos que terceirização é parceira da escravidão. É um exemplo real e atual.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes – CNTV encaminhou nesta quinta-feira, 04 de julho, um Ofício a direção do Bradesco, em São Paulo, protestando contra a

Caso o banco insista na medida, a CNTV, Federações e Sindicatos promoverão protestos, manifestações em todas as partes em defesa do direito humano à uma refeição no “horário de Deus”, além de outras medidas de caráter sindical e legal.

E a CNTV já aproveitou a Audiência Pública da Comissão de Previdência da Câmara Federal,

que aconteceu no dia 03 de julho, transmitida ao vivo e que ficará registrada nos anais da Casa, para denunciar a decisão desumana do Banco Bradesco.

Trabalho é um direito humano.

Direito a dignidade é inegociável.

Jose Boaventura Santos

Presidente da CNTV



Of. CNTV nº 055/2024

Brasília, DF, 03 de julho de 2024.

A
Segurança Corporativa
Procedimentos e Equipamentos de Segurança Física
Banco Bradesco S/A

Assunto: Supressão do horário de almoço dos Vigilantes/contrariedade/solicita

Prezados Senhores,

Chegou ao conhecimento desta CNTV – Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviço, o comunicado da Segurança Corporativa do Banco, expedido a partir da Cidade de Deus/Osasco/SP e datado de 17 de junho de 2024, dizendo que “a partir do mês de julho do ano em curso os postos de serviço de segurança e vigilância com horário de 8h48 com renúncia de almoço, serão transformados em 8h48 com intervalo intrajornada.” E “que na intrajornada o intervalo do Vigilante será limitado a 15 minutos e a ser usufruído antes da abertura ou após o fechamento da agência para atendimento ao público.

É fato que a alteração pode atender a interesses do banco, mas contraria a legislação, Normas Coletivas, a exemplo da Convenção Coletiva de Trabalho do Estado da Bahia e julgados dos Tribunais Trabalhistas.

*CCT Vigilantes Bahia:
CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - INTERVALO INTRAJORNADA - Fica convenionado que as empresas com os contratantes devem conceder o intervalo intrajornada, necessário para alimentação e repouso dos vigilantes, na forma prevista no Artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Para tanto os contratantes dos serviços custearão os valores necessários para substituição do empregado, de forma a permitir a efetiva aplicação do artigo citado.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica convenionado que para os vigilantes lotados em postos de serviços bancários, deverão obrigatoriamente ser concedido o intervalo intrajornada, não podendo tal descanso ser indenizado, ficando estabelecido, que o gozo do intervalo mencionado, deverá ser realizado, obrigatoriamente, dentro do período de 11:00h as 15:00h.*

Ademais, a medida é desumana e atenta contra a saúde, bem estar e dignidade dos trabalhadores, uma vez que retira deste o direito histórico de parada para alimentação do

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES, EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES E DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, SEGURANÇA PESSOAL, CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SIMILARES E SEUS ANEXOS E AFINS
FUNDAÇÃO: 22/11/1992
FILIAL À CUT e DIEESE
SDS - VENÂNCIO JÚNIOR - LOJA 09-12
CEP: 70300-000 - BRASÍLIA, DF
TEL/FAX: (0xx61) 3321-6143 / 3321-0941 / 3324-1658 / 3323-8423
Site: www.vigilantecntv.org.br / E-mail: cntv@vigilantecntv.org.br / cntv@terra.com.br

Comissão busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicialização

Propostas em análise na Câmara preveem regras para a concessão do benefício a trabalhadores expostos a agentes prejudiciais à saúde

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Diego Cherulli: empresas deveriam investir em prevenção e melhorar ambiente de trabalho

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados reuniu na quarta-feira (3) 14 representantes de trabalhadores, empresas e juristas em busca de consenso para reduzir a judicialização em torno da aposentadoria especial paga a trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde.

O tema é alvo de proposta – PLP 42/23, do deputado Alberto Fraga (PL-DF) – que reduz a idade mínima para a concessão do benefício e aumenta o valor para 100% da média das contribuições. Outros três projetos (PLPs 245/19, 74/23 e 231/23) são analisados em conjunto para superar as regras transitórias em vigor desde a reforma da Previdência de 2019 (Emenda Constitucional 103).

A audiência pública foi solicitada pelos deputados Pastor Eurico (PL-PE) e Erika Kokay (PT-DF). Todos os convidados defenderam a regulamentação da aposentadoria especial,

mas com variados motivos e sugestões de ajustes.

O representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Kieckbusch, afirmou que cerca de 1.500 novas aposentadorias especiais são concedidas por mês, mais de 80% por decisão judicial, o que gera insegurança para as atividades econômicas.

A CNI defende a regulamentação com foco em medidas preventivas. “O empregador deve criar ambientes de trabalho mais seguros, saudáveis e resilientes para descaracterizar a necessidade da aposentadoria especial e evitar processos na Justiça”, disse Kieckbusch.

Acidentes de trabalho

O dirigente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDPREV) Diego Cherulli comparou os custos entre aposentadoria especial e benefícios por acidente. O INSS paga hoje 438 mil aposentadorias especiais, com valor total de R\$ 2,4 bilhões por mês. Ao mesmo tempo, há cerca de 1 milhão de benefícios pagos por acidente, com custo total de R\$ 2,2 bilhões por mês.

“Ou seja, o gasto do governo com o benefício pago por acidentes de trabalho é quase o mesmo que o da aposentadoria especial. Em vez de estar prevenindo, garantindo vida e gerando bem-estar, nós estamos pagando para aquele que se acidentou, já não tem mais bem-estar ou morreu, porque ali também tem a pensão por morte acidentária”, afirmou.



Pastor Eurico, relator do PLP 42/23: “Esperamos chegar em um denominador comum”

Com mais de 7 milhões de acidentes com trabalhadores de carteira assinada desde 2012, o Brasil só está atrás de Índia, China e Indonésia nesse ranking, segundo Adriane Bramante, especialista em direito previdenciário.

“São números que não param de subir: enquanto estamos aqui discutindo, um trabalhador morreu por acidente de trabalho porque o ambiente de trabalho não é fiscalizado e é hostil”, comentou Adriane.

Terceirizados

A subnotificação também é elevada. O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Santos, citou o caso dos terceirizados que, segundo ele, passam por invisibilidade no ambiente de trabalho e são vistos como “descartáveis”.

“No dia a dia da nossa categoria, normalmente se fala que, com um vigilante morto, a empresa põe a farda em outro e a vida continua. Descartam a gente. E descartam também ao não nos enxergar na condição de ter direito”, lamentou.

Riscos

Dirigente das Confederações Nacionais dos Urbanitários (CNU) e dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Elvio Vargas citou categorias que não têm conseguido a aposentadoria especial nem mesmo por meio de ações judiciais depois da reforma previdenciária. É o caso dos eletricitários expostos a riscos de choque.

“Que empresa fica com o eletricista, aquele que sobe no poste, até os 65 anos de idade? E

ai eu posso fazer a pergunta inversa também. Que trabalhador vai conseguir fazer um serviço especializado até essa idade? Não reconhecer a aposentadoria especial é jogar esses trabalhadores no limbo”, argumentou.

Outras categorias também apresentaram peculiaridades de sua rotina de trabalho e pediram o direito à aposentadoria especial. O diretor da Federação Única dos Trabalhadores João Felchak citou a exposição dos petroleiros a ruídos e ao benzeno.

O Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) apontou pressão atmosférica anormal, radiação ionizante, barulho e microvibração, além de fadiga, que coloca em risco a segurança de voo.

Exposição a agrotóxicos, doenças e violência em região de fronteira foram alguns dos riscos mostrados pelo Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Agrícola, Agrário e Pecuário (Sintap).

Critérios técnicos

Um dos consensos na regulamentação vem desde a aprovação do PLP 42/23 na Comissão do Trabalho: a aposentadoria especial deve ser concedida por exposição ao risco e não por categoria.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Anfip) defende riscos medidos in loco e caso a caso, além de critérios técnicos na definição dos agentes nocivos, a fim de reduzir a judicialização. Outros debatedores fizeram sugestões pontuais quanto a fiscalização, afastamento não acidentário e reinclusão de contribuintes individuais.

Relator da proposta na Comissão da Previdência, Pastor Eurico aposta em novos consensos: “Esperamos chegar juntos a um denominador comum.”

Além da Comissão de Previdência, o texto terá de ser analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, passará pelo Plenário da Câmara. Se aprovado, seguirá para o Senado Federal.

Reportagem – José Carlos Oliveira

Edição – Marcelo Oliveira

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Derrubada de projeto que obrigaria segurança armada nas escolas tem placar apertado e início de confusão

Por apenas um voto de diferença, Comissão de Educação rejeitou o relatório que ainda previa câmeras de segurança e catracas nas unidades públicas de ensino



Paulo Bilynskyj (PL-SP) foi para frente de Pedro Campos (PSB-PE) ao ser criticado — Foto: Reprodução

A Comissão de Educação da Câmara rejeitou nesta quarta-feira um projeto de lei que obrigaria as redes de ensino a contratarem “serviços de vigilância patrimonial e de segurança armada” para atuarem nas escolas públicas. O relatório foi derrubado por 21 votos a 20 e quase acabou em confusão após o deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP), relator do projeto, levantar para discutir com opositores.

O projeto previa a criação do programa “Escola Segura”, que além da obrigatoriedade de segurança armada, também previa a instalação de “câmeras de vigilância em áreas estratégicas das escolas, como corredores, pátios e entradas, a fim de monitorar e detectar atividades suspeitas” e de “sistemas de controle de acesso, como catracas ou cartões de identificação, para restringir a entrada de pessoas não autorizadas nas dependências escolares”.

A discussão chegou a gerar um princípio de confusão entre os deputados. Confrontado, Bilynskyj se levantou e confrontou Pedro

Campos (PSB-PE) de frente para ele. Essas imagens foram gravadas por assessores do parlamentar do PL e publicadas em suas redes sociais.

— Não leu (o projeto). Não sabe ler. Não estudou. Veio aqui defender uma tese mentirosa — afirmou Bilynskyj a Pedro Campos.

Momentos antes, Bilynskyj gritava no plenário afirmando que “todos os deputados que falaram em lobby de indústria de armamento e segurança privada não leram o projeto”. Se aprovado, o relatório previa que todas as mais de 170 mil escolas públicas brasileiras deveriam obrigatoriamente contratar empresas privadas armadas para segurança.

Pedro Campos, um dos que afirmaram que era contra “gastar R\$ 11 bilhões por ano para comprar arma e vigilância armada”, tentou se defender afirmando que leu o projeto, mas foi impedido de falar. Primeiro, fisicamente por Bilynskyj e depois pelo presidente da comissão, Nikolas Ferreira, alegando que Campos não

havia sido citado nominalmente nas críticas do relator do texto. O ato foi repudiado por colegas da comissão.

— Presidente, quero apelar à vossa excelência que não permita que um deputado se levante, vá em frente a outro de dedo em riste em uma situação claramente intimidatória — afirmou a deputada Lídice da Mata (PSB-BA), ao presidente da Comissão, Nikolas Ferreira (PL-MG).

Iniciativas como segurança armada nas escolas, repetindo fenômeno conhecido nos EUA, preocupam os especialistas. Eles chamam a atenção para a necessidade de uma atuação pedagógica contínua para reduzir as tensões dentro das salas de aula, que se relacionam com questões sociais, bullying ou distúrbios familiares de alunos.

— Esses adolescentes sentem ódio, são radicalizados, sentem-se pertencentes a comunidades violentas. Vigilância nas escolas não muda isso, não mudará os sentimentos, os preconceitos, o uso da violência em vez de palavras. É por meio dos afetos, pertencimento, sentimento de comunidade e conhecimento/debate, que isso se transforma. E isso só pode acontecer na escola — afirma a coordenadora do Instituto de Estudos Avançados da Unicamp, Telma Vinha, que lidera também o grupo Ética, Democracia e Diversidade na Escola Pública na Faculdade de Educação.

Fonte: O GLOBO - Bruno Alfano

CUT apresenta projeto estratégico para a defesa da Previdência Social

Ex-ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, em parceria com a Secretaria de Pessoas Aposentadas, Pensionistas e Idosas, apresenta o projeto “Em defesa da Previdência: estratégias para a CUT Nacional



Os ataques do mercado financeiro que vêm sendo feitos para que o governo federal corte investimentos que beneficiam a população em geral, seja a classe média, sejam os mais

pobres, como as aposentadorias, pensões e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), são um dos motivos que o trabalhador e a trabalhadora têm para defender os direitos

contidos na Previdência Social.

Diante da gana dos especuladores financeiros que querem pôr as mãos no cofre previdenciário que a CUT Nacional, por meio de sua Secretaria de Pessoas Aposentadas, Pensionistas e Idosas, está debatendo o projeto **“Em defesa da Previdência: estratégias para a CUT Nacional”**, em parceria com o ex-ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini.

A apresentação reuniu dirigentes sindicais, de ramos e de confederações nesta quinta-feira (4), na sede da CUT Nacional em São Paulo. A ideia é realizar um processo de formação de dirigentes de modo que cada entidade de base tenha uma pessoa capacitada para debater o tema da Previdência com profundidade.

O secretário da pasta de Pessoas Aposentadas, Pensionistas e Idosas, Ari Aloraldo do Nascimento, ressaltou a importância desse debate para definir as estratégias que precisam ser tomadas pelos sindicatos e ramos filiados à CUT em defesa da Previdência Social.

“A Previdência abarca os trabalhadores inativos e os ativos, e precisamos dar um olhar mais aprofundado sobre esses direitos. Precisamos assumir o compromisso não só político, mas também o de ajudar a colocar em pé o projeto. Já iniciamos um diálogo com os vários ramos do ponto de vista do comprometimento para pôr a proposta em prática”, afirmou.

O ex-ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini lembrou que muitos sindicatos já têm um especialista, e os que ainda não têm, precisam ter porque no ano que vem virão novos ataques contra os direitos dos trabalhadores. Por isso, que é importante ter um processo de mobilização de formação, ou seja, criar um coletivo de dirigentes capacitados em técnicas de mobilização.

Nosso objetivo é fortalecer a capacidade de liderança e gestão estratégica do sindicato, promover a compreensão dos direitos trabalhistas, reforçar o conhecimento e fomentar o debate sobre esse tema- Ricardo Berzoini

A vice-presidenta da CUT Nacional, Juvandia Moreira, defendeu que este é um tema importante que precisa de um mapeamento e da atuação mais forte dos sindicatos.

“Não podemos esperar tanto tempo para começar esse trabalho. É preciso entender e pegar experiências que sejam boas para a gente também socializar os debates que têm Brasil afora. Mas, também nós podemos elaborar experiências que possam ser implementadas e acompanhadas pelos sindicatos nessa base para que eles também tenham mais uma ação com essa população”, orientou.

É essencial nós entendermos o orçamento público, o que nós vamos defender, obviamente, porque eu acho que uma das políticas mais inclusivas, a que mais distribui renda é a Previdência. Então, vira e mexe o mercado, quer dizer, os super ricos, o 1% da população que tem interesse, querem, na verdade, acabar com política pública e se apropriarem de grande parte do orçamento, sem fazer nada- Juvandia Moreira

A participação dos ramos, sindicatos, federações e confederações no debate previdenciário foi defendida pelo secretário-Geral da CUT Nacional, Renato Zulato.

Que os nossos dirigentes estejam disponíveis para atuar; que as CUTs estaduais nos indiquem seus representantes porque nós vamos ter grupos de trabalho, nós vamos desenvolver estudos, entrevistas, com um trabalho de campo que vai nos ajudar no final a fazer um mapeamento que dê conta que nós saímos com um diagnóstico e uma proposta de projeto”, disse Zulato.

Finanças da Previdência Social

O debate de um projeto é essencial porque apenas o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), tem um caixa de R\$ 900 bilhões e somados os Regimes Próprios federais, estaduais e mais a Previdência Complementar, isso significa uma imensa massa de recursos públicos e privados que chegam a quase R\$ 1 trilhão por ano.

Segundo Berzoini, o setor privado sempre tem um olhar bastante ambicioso e faminto em relação à gestão desse recurso porque dinheiro é matéria-prima de banco e seguradora. “Portanto, onde tem dinheiro, eles estão atrás. Assim como estão atrás do SUS, e da educação, até com campanha para desvalorizar a educação pública e valorizar a educação privada”, disse.

“É um tema com a maior relevância e que envolve diretamente a metade da população, 105 milhões de brasileiros. São aposentados, pensionistas, beneficiários de auxílio-doença, auxílio-acidente e crianças e adolescentes que dependem da aposentadoria dos idosos, inclusive os beneficiários da previdência rural que são vítimas desses ataques o tempo todo”, complementou Berzoini.

O ex-ministro entende que é preciso fazer um calendário de debates mobilizadores para definir a linha que a CUT vai defender sobre a previdência, especialmente a questão do financiamento, já que a arrecadação vem caindo com o envelhecimento da população e da pejetização e terceirização dos contratos de trabalho.

Segundo ele, essa é uma equação cruel com o envelhecimento da população. No final da década de 1980, época da elaboração da Constituição Cidadã, havia uma expectativa de vida de 64 anos de idade, hoje saltou para 77 anos. Outro motivo para se discutir o financiamento da Previdência é que a criação do sistema de Micro e Pequenas Empresas (MEIs), feito para incluir mais pessoas sob a proteção

previdenciária, está sendo utilizada para propiciar fraudes trabalhistas, com contratação de pessoas jurídicas (PJs), sem carteira profissional assinada e, conseqüentemente, sem contribuição para a Previdência Social.

“O trabalho intermitente, a terceirização sem limites e a reforma Trabalhista foram um desastre completo para a Previdência Social”, afirmou Berzoini.

O representante da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão e dos Beneficiários de Saúde Suplementar de Autogestão (Anapar), Marcel Barros, explicou a atividade da entidade que tem abrangência nacional e representa os participantes de Fundos de Pensão do Conselho Nacional de Previdência Complementar, que é onde são construídas as normas que regem o sistema.

Ele também ressaltou os valores envolvidos, mas que os trabalhadores têm pouco acesso a informações contábeis e, por isso, é necessária a participação da Anapar no projeto proposto pela CUT Nacional.

“Estamos falando de R\$ 1 trilhão e 200 bilhões. Significa cerca de 12% do PIB do país. Esse dinheiro não é dinheiro do Banco do Brasil, não é dinheiro da Caixa, não é dinheiro da Ford, não é dinheiro da BRF, é dinheiro do trabalhador”, declarou Barros.

O dirigente ainda acrescentou que a Anapar pode ter ainda mais força em conjunto com os sindicatos para que realmente possam enfrentar o sistema, e que esses bilhões em arrecadação sejam investidos no país para gerar mais trabalho e mais riqueza.

FONTE: Walber Pinto e Rosely Rocha

TST abre inscrições para audiência pública sobre direito de oposição à contribuição negocial

A audiência será nos dias 22 e 23 de agosto, e as inscrições vão de 8 a 26 de julho



O Tribunal Superior do Trabalho vai promover, nos dias 22 e 23 de agosto, uma audiência pública para discutir como pessoas não sindicalizadas podem exercer seu direito de oposição ao pagamento da contribuição assistencial. O tema é tratado num incidente de resolução de demandas repetitivas, que uniformizará o entendimento sobre o tema, delimitado pelo Tribunal como “questão exclusivamente de direito que trata sobre o modo, o momento e o lugar apropriado para o empregado não sindicalizado exercer seu direito de oposição ao pagamento da contribuição assistencial”.

A audiência foi marcada pelo relator do caso, ministro Caputo Bastos. O objetivo é ouvir depoimentos de pessoas com experiência e conhecimento na matéria. Quem se interessar em participar da audiência, tanto para apresentar exposições quanto como para acompanhar como ouvintes, deve apresentar manifestação das 8h do dia 8 às 20 horas do dia 26 de julho. Esse prazo correrá durante as férias coletivas dos ministros do TST. O pedido deve ser encaminhado exclusivamente por meio do formulário eletrônico disponível neste endereço.

A relação das inscrições deferidas, a indicação do tempo das exposições – a ser definido de acordo com o número de inscritos – e as orientações de como os expositores deverão proceder para encaminhar o material que pretendam utilizar em suas apresentações serão divulgadas no dia 9 de agosto.

Cobrança

O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) foi admitido pelo Tribunal Pleno em março deste ano, num caso envolvendo uma cláusula coletiva que previa o pagamento da contribuição mesmo de pessoas não associadas ao sindicato. Quem fosse contra o desconto poderia se opor mediante comunicação pessoal e escrita ao sindicato no prazo de 15 dias. A cláusula foi questionada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que argumentava que as diversas condições e obstáculos impostos dificultavam e podiam até mesmo inviabilizar o exercício do direito de oposição.

Matéria ainda é controvertida

Segundo o ministro Caputo Bastos, o Supremo Tribunal Federal já validou o direito de oposição, mas é preciso fixar parâmetros objetivos e razoáveis para que ele seja exercido e para que a contribuição não se torne compulsória. Ele observou que, com a falta de definição desses critérios, a matéria tem sido controvertida nos Tribunais Regionais do Trabalho, acarretando tratamento diferenciado entre pessoas submetidas a situações idênticas.

FONTE: TST(Carmem Feijó)

Violação de direitos humanos e o Brasil no banco dos réus

Reportagem especial resgata caso que gerou condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos envolvendo violação de direitos trabalhistas



“Morreram 64 pessoas porque era uma sexta-feira. Em um dia normal, seriam quase 200 pessoas trabalhando. Minha filha estava lá e não voltou mais”.

O desabafo é de Ana Maria Balbina. Ela era uma das trabalhadoras da “Vardo dos Fogos”, fábrica de fogos de artifício clandestina que funcionava no município de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo Baiano, que explodiu do dia 11 de dezembro de 1998, uma sexta-feira, matando 64 pessoas que lá estavam. Entre as vítimas, 40 eram mulheres e quatro estavam grávidas. Havia, ainda, 19 meninas e um menino, todos menores de idade. Entre eles, Arlete Silva Santos, de 14 anos, filha única de Ana Maria. Outras seis pessoas ficaram gravemente feridas.

A fábrica funcionava em uma área de pasto, debaixo de tendas. Mulheres que trabalhavam na informalidade eram a maior parte da mão de obra. Por sua própria condição de vulnerabilidade e pobreza estrutural, elas levavam os filhos para ajudar no trabalho e, assim, aumentar a renda e manter o sustento familiar.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

O Brasil foi incapaz, por meio de suas instituições, de evitar a tragédia. Depois que ela ocorreu, também foi incapaz de assegurar, de forma razoável, a reparação de danos às vítimas e familiares. Por isso, o caso foi levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH), tribunal criado para proteger os direitos humanos no continente americano. O órgão judicial integra a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Após um longo processo, em julho de 2020, a Corte reconheceu a reponsabilidade do Brasil e condenou o Estado brasileiro pela violação dos direitos à vida, à integridade pessoal, da criança, às garantias judiciais, à proteção judicial, à igual proteção da lei, à proibição de discriminação e ao trabalho decente, entre outras.

O caso ficou conhecido como “Empregados da Fábrica de Fogos de Artifício de Santo Antônio de Jesus e outros Vs. Brasil”. É um dos 12 processos em que o órgão condenou o Brasil por violação de direitos humanos. Entre esses, apenas dois tratam da violação de direitos trabalhistas: o da fábrica de fogos e o chamado “Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde Vs. Brasil”, que envolve trabalho análogo à escravidão.

Até hoje, pouco foi feito para reparar os danos causados às vítimas.

FONTE: RBA

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF